



o trabalhador do município de Lisboa

BOLETIM INFORMATIVO Nº 218 / JULHO-AGOSTO 2023 / WWW.STML.PT

PREÇO: 0,01€



DESTAQUES DESTE NÚMERO

- 3 **Pagamento às Ordens Profissionais**
- 6 **Pelas Juntas de Freguesia**
- 9 **Trabalhadores da Rede de Bibliotecas exigem respostas às suas reivindicações**
- 10 **Trabalhadores da Higiene Urbana em luta!**
- 14 **STML debate Caderno Reivindicativo com a DMAEVCE**
- 17 **Reuniões da Frente Comum da Administração Pública com o Governo**
- 19 **“Dia Nacional de luta” trouxe à rua milhares de trabalhadores no país!**



o trabalhador do município de Lisboa

BOLETIM INFORMATIVO Nº 218 / JULHO-AGOSTO 2023

WWW.STML.PT

Director Nuno Almeida

Corpo Redactorial Luís Dias, Carlos Silva, Henrique Bastos, José Oliveira, Paula Correia, Sandro Roque, Rita Correia e Tiago Lopes

Propriedade

Sindicato dos Trabalhadores do Município de Lisboa (STML)

Administração e Redacção

Rua de São Lázaro, 66 - 1.º, 1150-333 LISBOA

Telefones 218 885 430/35

Periodicidade Bimestral

Distribuição Gratuita aos Sócios do Sindicato

Tiragem 4.000 exemplares

Preço de capa 0,01€

Número de Identificação Fiscal 500 850 194

Depósito Legal 17.274/87

PROTOCOLOS STML

INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Escola Superior de Educação João de Deus

Grupo Lusófona

Instituto Superior de Educação e Ciências

Instituto Superior de Tecnologias Avançadas

Universidade Lusíada

BANCA E SEGUROS

Ponto Seguro, mediação de seguros

Millenium BCP

DS Seguros Seixal Santa Marta

TURISMO

Campiférias

FPalmela - Aldeamento Turístico de Palmela

Viagens Falcon

OUTROS

ANDST - Associação Nacional de Deficientes e Sinistrados do Trabalho

Cartão BP Plus

Escola de Condução ENAL

Lancaster College - Escola de Línguas

Mind Project

Editorial

Os dois últimos meses foram de grande vivacidade, face aos vários processos reivindicativos alavancados pelos trabalhadores do município de Lisboa, sempre com a organização do seu sindicato, o STML.

Sublinha-se, neste sentido, a luta dos trabalhadores da higiene urbana da CML que souberam erguer a força necessária para obter respostas a muitos dos seus problemas e reivindicações, sabendo que a fase que se segue implica um controlo apertado, por parte dos próprios trabalhadores e do Sindicato, em torno dos compromissos assumidos por escrito pelo Executivo municipal. Lutar vale sempre a pena, sabendo que a luta realizada entre maio (paralisações) e junho (greve parcial) não é um fim em si mesmo. Como costuma dizer o nosso povo, que ninguém adormeça à sombra da bananeira!

Também os trabalhadores técnicos superiores da autarquia se movimentaram em torno da sua reivindicação própria, nomeadamente o pagamento pela CML das quotizações às Ordens Profissionais. Tudo indica que a luta será consequente, faltando nesta fase o anúncio formal por parte do Executivo, que se espera coerente com os compromissos assumidos com o STML, quer pelo Vice-presidente em março do ano passado, quer agora em fins de maio pelo Presidente Carlos Moedas.

Na Rede de Bibliotecas, os trabalhadores não desarmam nas suas justas e legítimas expectativas, exigindo à CML reforço de pessoal, intervenções na melhoria das condições de trabalho e abertura do processo de revisão dos atuais horários de trabalho. Na SALCOM, do Serviço Municipal de Proteção Civil, também os trabalhadores se organizaram em torno um abaixo-assinado exigindo respostas ao pedido feito pelo STML sobre a alteração aos horários de trabalho. Na realidade dos cemitérios municipais, o STML reuniu finalmente com a respetiva Direção Municipal procurando soluções e respostas aos conteúdos do Caderno Reivindicativo dos trabalhadores deste setor de atividade. Para setembro, espera-se processo idêntico, desta vez envolvendo o Caderno Reivindicativo dos trabalhadores dos espaços verdes.

No universo das juntas de freguesia, destacamos as iniciativas que conduziram os trabalhadores-cantoneiros a concentrarem-se junto à sede da respetiva Junta de Freguesia, nos casos de Arroios, Campo de Ourique e Alvalade. Só com a força de quem trabalha se tem conseguido derrubar pretensas inevitabilidades que muitos Presidentes de Junta afirmam para justificar não responder as reivindicações dos seus trabalhadores.

Nas empresas municipais, as realidades são bem distintas. Na GEBALIS, a administração fechou portas à valorização intercalar dos salários, cabendo agora aos trabalhadores avaliarem os melhores caminhos à defesa das suas pretensões. Na EGEAC, ainda se avalia a possibilidade de melhorar as condições de vida de quem lhe dá substância. Na SRU, o sindicato aguarda a contraproposta de Acordo de Empresa por parte da Administração, enquanto no MARL já se debateu com os trabalhadores a contraproposta do Conselho de Administração. A ritmos distintos, mas sempre com o mesmo objetivo, o STML não deixará de defender os direitos e os interesses dos trabalhadores, reafirmando a imprescindibilidade do envolvimento de todos na resolução dos seus próprios problemas. Só assim se poderá garantir soluções visíveis e compromissos sérios.

No plano mais geral, a luta dos trabalhadores portugueses teve no passado dia 28 de junho um momento alto, com a "dia de luta nacional" convocado pela CGTP-IN para várias cidades do nosso país. Em Lisboa, os trabalhadores do município não deixaram por mãos alheias as suas reivindicações, tratando-se da câmara municipal, juntas de freguesia ou empresas municipais.



Pagamento às Ordens Profissionais

Trabalhadores Técnicos-Superiores ergueram bem alto a sua reivindicação que exige à CML suportar os encargos com as Ordens Profissionais onde obrigatoriamente têm que estar inscritos.

É costume dizer-se que passo a passo se faz o caminho! Também passo a passo os Técnicos Superiores têm feito este longo caminho, de clamarem por justiça por terem de suportar o pagamento às Ordens Profissionais, sempre que para o exercício de atos próprios da sua profissão têm que estar inscritos nas mesmas.

Há vários anos que estes profissionais reivindicam dever ser a entidade empregadora, concretamente a autarquia de Lisboa, a suportar os custos com os pagamentos anuais às Ordens referidas. Infelizmente e até ao momento, esse pagamento continua por efetuar, apesar de sucessivos executivos acharem justa e pertinente essa vontade.

Essa foi, aliás, a opinião expressa pelo atual Presidente da CML, aquando da entrega a 31 de maio do abaixo-assinado dos Técnicos Superiores nos Paços do Concelho.

Este abaixo-assinado, com 440 assinaturas, abrangendo trabalhadores de várias profissões, é bem o espelho da mobilização que envolveu estes profissionais, e realça o sentimento de injustiça inclusive por comparação com os seus colegas advogados, que há muito têm este assunto positivamente resolvido.

Como se diz no princípio deste artigo, este foi mais um passo para um caminho que há muito podia estar concluído e que de forma sistemática, o STML tem colocado sobre a mesa, seja em

cada reunião que tem com o Executivo e com a DMRH, seja em cada edição deste nosso jornal ou através de comunicados aos trabalhadores.

Não será por falta de informação e de alertas públicas do Sindicato que quem quer que seja, se possa escudar no desconhecimento desta realidade para a sua não resolução.

Tão longa e justa é esta luta dos quadros técnicos superiores desta autarquia, que a mesma já teria apodrecido de madura, não fora a persistência dos visados e do seu acompanhamento por parte do STML.

A grande questão que se coloca, afinal a que interessa a todos nós, é: quando é que o pagamento reivindicado é de facto assumido? Quanto tempo mais os Técnicos Superiores abrangidos por esta situação terão que esperar para serem ressarcidos do que é justo? Continuarão os mesmos a “subsidiar” a autarquia para poderem desempenhar as suas funções e os atos próprios inerentes à sua profissão? Continuará o município de Lisboa a não querer valorizar o trabalho e as funções destes técnicos, e a sua importância na manutenção e desenvolvimento de projetos desta autarquia?

O STML, como sempre, continuará atento e não deixará esmorecer este processo, por tudo o que já foi dito, por tudo o que o Executivo tomou como justo e exequível e porque é da mais elementar justiça que estes profissionais, sejam eles arquitetos, engenheiros, enfermeiros, veterinários, biólogos, psicólogos ou outros, deixem de suportar os custos pelos encargos anuais que têm com as Ordens Profissionais no desempenho das suas obrigações profissionais contratualizadas com o município de Lisboa.



Pelo sector Público Empresarial que o STML

Considerando a realidade que tipifica os trabalhadores das empresas municipais de Lisboa, além do MARL que revela outras especificidades que não se enquadram no típico sector empresarial local ou municipal, o STML tem, a ritmos próprios, procurado consolidar premissas que garantam acima de tudo a regulação dos direitos, expectativas e interesses dos respetivos trabalhadores. Se na EGEAC e na GEBALIS já existe ‘contratação coletiva’, ou seja, acordos de empresa que regulam a vida interna destas empresas, principalmente a vida de quem aí labora, no MARL e na SRU é propósito imediato avançar com a negociação dos respetivos Acordos, nunca dispensando neste objetivo o envolvimento e os contributos dos seus trabalhadores, aliás, indispensável diríamos em todo este processo.

SRU

Depois da reunião com a Administração em maio último, o Sindicato continua a aguardar que nos seja remetido a contraproposta de Acordo de Empresa. Relembramos que os responsáveis da empresa afirmaram que enviariam em junho para iniciar previsivelmente em julho o respetivo processo negocial.

Enquanto tal não acontece, o Sindicato prepara ainda durante este mês, visitar e contactar os trabalhadores da empresa, procurando conhecer com maior rigor e em pormenor a sua realidade laboral, mas também as suas expectativas, reivindicações ou problemas que esperam ver resolvidos.

Só com a confiança, o envolvimento e a responsabilização de todos, estaremos em melhores condições de avançar neste grande propósito que passa por celebrar e institucionalizar um Acordo de Empresa que congregue e regule todas as matérias relacionadas com os trabalhadores da SRU.

GEBALIS

Depois do Plenário Geral realizado a 23 de maio, onde foi aprovada a proposta de aumento salarial intercalar para 2023, de 10% de, com um limite mínimo de 100 euros, realizou-se a 30 de maio uma reunião com o Conselho de Administração (CA), tendo alegado os responsáveis da empresa a incapacidade financeira para comportar mais um aumento salarial. Uma resposta naturalmente insatisfatória que não considera minimamente o brutal aumento do custo de vida dos trabalhadores.

Segundo o CA, os trabalhadores já tiveram um aumento salarial e a antecipação da progressão de carreira, com a subida de um nível, em 2023 - ambas as situações estavam previstas no orçamento da empresa para este ano. A verba para os Recursos Humanos, todavia, de acordo com os administradores, foi excedida devido à atualização do subsídio de refeição para os 9,60 euros em maio.

Motivos mais do que suficientes para a realização de um novo plenário geral, desta vez no Cinema de São Jorge a 21 de junho. Desta reunião resultaram um conjunto de decisões, destacando a participação com uma faixa própria dos trabalhadores da Gebalis no “Dia Nacional de Luta” convocado pela CGTP-IN para 28 de junho, exigindo aumentos salariais. A luta ainda agora começou e nos próximos meses, os trabalhadores com os seus sindicatos, saberão dar as melhores respostas a uma administração que julga saber o que é melhor para os seus “colaboradores”... Face à uma vida cada vez mais cara, questionamo-nos se os trabalhadores da Gebalis terão colaborado na decisão de não lhes aumentarem os salários?

MARL

A 18 de abril decorreu a última reunião negocial entre o STML e o Conselho de Administração (CA) da empresa. Nessa reunião, foi assumido pelo CA que em meados de maio enviaria a totalidade da sua contraproposta de Acordo de Empresa para análise do STML, que só em fins de junho-inícios de julho chegou ao Sindicato.



acompanha

Depois de uma análise mais apurada pela Direção do STML, decidiu-se a 5 de julho realizar um plenário com os trabalhadores para auscultar e esclarecer os conteúdos propostos pela administração que, em várias matérias, suscitam grandes dúvidas. Outras há, como a adaptabilidade de horários de trabalho ou bancos de horas que são taxativamente recusadas, quer pelo sindicato, mas principalmente pelos trabalhadores.

O STML prepara neste momento a sua análise formal da contra-proposta do CA, de forma a solicitar quanto antes uma nova reunião negocial onde se espera ver esclarecidas algumas matérias, bem como transmitir as posições consensualizadas no seio dos trabalhadores sobre outras tantas.

Certos que estamos perante um processo moroso, sublinhar nesta fase a importância da confiança, persistência e determinação de todos, enquanto fatores determinantes no objetivo que nos une, trabalhadores e STML, que passa logicamente por alcançar um Acordo de Empresa que de facto defenda os interesses, os direitos e as expectativas de quem trabalha na empresa.

EGEAC

Por solicitação da EGEAC, o STML reuniu a 21 de junho com a Administração da empresa propositando conhecer o modelo de gestão que estará na base do futuro sistema de avaliação de desempenho. Salvaguardando uma análise mais fina por parte do STML, que deverá ser alvo de debate e aprofundamento com os próprios trabalhadores da empresa, considerando ser a parte mais interessada neste processo, podemos afirmar nesta fase, ainda prematura e em linhas gerais, que as premissas do futuro sistema de avaliação de desempenho assentam em quatro níveis avaliativos, nomeadamente e de forma crescente, no nível 1-Insuficiente, nível 2-Suficiente, nível 3-Bom e nível 4-Excelente. A avaliação prevê-se em moldes anuais e duas avaliações positivas (dois anos) permitem a progressão na carreira para o nível seguinte da respetiva tabela remuneratória.

Afirmam os membros do CA que as avaliações que poderão apontar os extremos – insuficiente e excelente – deverão ser

acompanhadas de uma fundamentação criteriosa, prevenendo-se a constituição de uma Comissão Paritária para avaliar as eventuais reclamações. Para 2024, previsivelmente, refere-se o ano zero para a implementação deste sistema que poderá ser precedido por um período experimental.

Em tempo oportuno, o CA ficou de enviar para o STML informação mais detalhada sobre este modelo. O Sindicato prepara neste momento os contactos com os trabalhadores da empresa para refletir conjuntamente a proposta da administração, sabendo que a primeira avaliação prevê-se a 14 de julho entre a Direção do STML, os Delegados Sindicais e a Comissão de Trabalhadores.

Outros Assuntos

O Sindicato voltou a questionar sobre o ponto de situação em torno do sistema de bilhética, fornecido pela empresa *Blueticket*, que muitos problemas tem colocado aos trabalhadores da EGEAC, especificamente aos Assistentes de Bilheteira. O CA referiu que continuam a trabalhar na melhoria do sistema, tendo ultrapassado **alguns** problemas apontados pelos trabalhadores. Afirmam ainda, que este sistema de bilhética será para manter, pelo menos enquanto considerarem que há perspetivas de resolução e de melhoramento.

Em termos mais latos, o STML lembrou o assunto pendente sobre a resposta do CA à proposta de aumentos salariais intercalares para este ano. O CA, à semelhança da decisão do Governo para a Administração Pública, atribuiu um aumento para inícios de julho de 1% a todos os trabalhadores. Contudo, para o fim deste mês, prevê-se uma nova reunião entre o STML e o CA, onde se avaliará a possibilidade, ou não, de ir mais além. Enquanto tal não sucede, os trabalhadores deixaram bem patente a sua vontade, através da faixa que ergueram no “Dia Nacional de Luta” convocado pelo CGTP-IN a 28 de junho, exigindo aumentos salariais que de facto respondam ao aumento brutal do custo de vida.

PELAS JUNTAS DE FREGUESIA



AVENIDAS NOVAS

A 24 de maio, teve lugar uma reunião com o Executivo desta Junta. Das questões debatidas, sublinhou-se a falta de pessoal no sector da limpeza urbana, além do pagamento do trabalho suplementar (extraordinário) a 150%, como estabelece a lei e os problemas sobre as más condições do Posto de Limpeza da Filipe da Mata. Relativamente à falta de pessoal, o Executivo informou a contratação de pessoal durante o mês de junho. Afirmou ainda, a intenção de abrir concurso ainda este ano. Esta questão, no entender do STML, é fundamental, pois só a realização do Concurso permitirá resolver a falta de pessoal e evitar que os trabalhadores se mantenham numa situação de precariedade laboral a desenvolver tarefas que correspondem a necessidades permanentes da freguesia. Quanto ao pagamento do trabalho extraordinário e ao entendimento do STML de que este deve ser pago a 150% (e não a 135% como tem sido feito), O Executivo ficou de avaliar e corrigir a questão caso considere que o STML tem razão. Sobre as más condições de trabalho do posto de limpeza, foram reconhecidas pelo Executivo, assumindo a realização de melhorias mínimas enquanto não se efetiva a transferência para novas instalações.

BENFICA

Em setembro de 2018, o STML apresentou ao então Executivo desta junta de freguesia a sua proposta de revisão do ACEP. Passados quase cinco anos, lamentamos que ainda não tenha sido possível celebrar tão importante instrumento de regulação coletiva. Apesar das reuniões que já tiveram lugar com o atual Presidente de Junta, ainda não se alcançou o consenso necessário. Relembramos que no passado dia 1 de junho, a Junta de Benfica celebrou com outras estruturas sindicais um novo ACEP, tendo o STML afirmado dias antes que a contraproposta enviada pelo Executivo revelava algumas dúvidas e incertezas, pelo que se justificaria, pelo menos, uma nova ronda de negociações para esclarecer e ultrapassar as matérias em causa. Referimo-nos concretamente às dimensões envolvendo a organização dos horários de trabalho, além dos respetivos dias de descanso semanal complementar e obrigatório (na ótica do STML, sábado e domingo respetivamente), mas também as possíveis alterações

aos horários de trabalho sem acautelar os interesses e a vontade dos trabalhadores, quer em termos individuais, mas também coletivos. Outra questão que deverá merecer reavaliação é a que se prende com as horas para amamentação das mães-trabalhadoras, defendendo o STML as duas (2) horas que a lei determina, independentemente do modelo de horário praticado. Aguarda-se que o Presidente da Junta agende a reunião há muito solicitada pelo Sindicato, na expectativa de garantir, sem 'cheques em branco' pelo meio, os direitos dos trabalhadores desta freguesia, principalmente a mais três dias de férias por avaliação positiva.

ARROIOS

Perante os problemas que se arrastavam há bastante tempo, os trabalhadores da limpeza urbana concentraram-se a 24 de maio no Largo do Intendente onde aprovaram por unanimidade uma *Resolução*, entregue em mão à Presidente do Executivo. Confirmando que vale sempre a pena lutar, foram assumidos vários compromissos pelos responsáveis do Executivo, nomeadamente o gozo das folgas acumuladas até ao fim do presente ano, a atribuição dos 3 dias de férias da avaliação de desempenho (conforme expresso no ACEP) já neste ano de 2023, ficando para avaliação a sua atribuição relativa ao ano de 2022, a realização de intervenções para a melhoria das condições de trabalho no Posto de Limpeza do Largo do Mastro e o compromisso de informar os trabalhadores e o STML sobre a data para o início das obras e melhoramentos, a abertura de um concurso público para reforço de pessoal na higiene urbana. O Executivo comprometeu-se ainda a avaliar a possibilidade de pagamento dos suplementos no período de férias (noturno e de insalubridade e penosidade).

CAMPO DE OURIQUE

A 1 de junho, os trabalhadores, através do STML, entregaram ao Presidente um abaixo-assinado reivindicando "o término do processo experimental implementado desde fevereiro último para a limpeza e higiene urbana." Desta iniciativa, que contou com a presença de todos os trabalhadores-cantoneiros junto à Sede da Junta de Freguesia, resultou o agendamento de uma reunião de trabalho para 6 de junho entre o STML e o Presidente Pedro Costa. Nesta data foi possível obter o compromisso do



Executivo em encontrar uma solução intermédia, que passaria necessariamente pela reavaliação da metodologia de trabalho, respeitando não só a necessidade de garantir a limpeza de todas as ruas da freguesia, mas também os direitos dos trabalhadores, concretamente na salvaguarda da sua saúde e integridade física. Compromisso assumido a 21 de junho numa reunião entre os responsáveis da Junta e os trabalhadores, onde foram apresentadas um conjunto de correções e alterações. Por outro lado, sindicato e trabalhadores aguardam ainda uma resposta sobre o pagamento do suplemento de insalubridade e penosidade (SIP) durante 12 meses, ou seja, incluindo o período de férias. Relembramos que o Presidente daria uma resposta sobre esta matéria até ao final do mês de junho.

ALVALADE

A 27 de fevereiro deste ano, em reunião com o Presidente da Junta, ficou consensualizado com o STML a produção de uma 'adenda' ao ACEP que garantisse o descanso compensatório (folga) pelo trabalho em dia-feriado. Outra matéria que ficou também por resolver foi o pagamento sobre 12 meses do suplemento de insalubridade e penosidade. Contudo, passados quase quatro meses, nenhum dos processos foi encerrado de acordo com as expectativas dos trabalhadores. Justificou-se neste sentido, a realização a 28 de junho de uma concentração à porta da Sede de Junta. Contando com a imensa maioria dos trabalhadores-cantoneiros da freguesia, foi aprovada uma 'resolução', entregue depois à Vogal da Higiene Urbana e ao Tesoureiro da Junta de Freguesia, tendo assumido estes membros do Executivo o compromisso de responder a estas reivindicações até ao final do mês de julho. Como afirmámos, os trabalhadores e o STML cá estarão para avaliar essas respostas, sabendo que a luta irá continuar caso as expectativas dos cantoneiros de Alvalade não sejam respeitadas.

SANTO ANTÓNIO

Nesta Junta foi finalmente assumido o pagamento do suplemento de insalubridade e penosidade durante o período de férias, com efeitos retroativos a 2022. Mantêm-se, no entanto, as preocupações face à falta de pessoal na limpeza urbana, tendo o

Executivo admitido algum pessoal pela via do regime de prestação de serviços (recibos-verdes). Sendo este um procedimento que permite dar apenas uma resposta imediata, os trabalhadores e o STML consideram que é fundamental a abertura de um concurso, previsto pelo Executivo até ao final deste ano. A degradação do Posto de Limpeza do Rato mantêm-se a agrava-se de dia para dia, tendo o STML apresentado uma queixa na Autoridade para as Condições de Trabalho (ACT). Sobre este problema, o Presidente da Junta afirmou a 1 de Junho, que só agora estão em condições de avançar para a renovação deste local (com a substituição dos atuais contentores por uma construção modular). É ainda de sublinhar a falta de adequação dos meios mecânicos às necessidades da freguesia. A resposta a esta carência é essencial, não só para garantir uma maior produtividade, mas sobretudo para aliviar o esforço físico dos trabalhadores cantoneiros.

PAGAMENTO DOS SUPLEMENTOS DE CARÁTER PERMANENTE SOBRE 12 MESES, INCLUINDO PORTANTO O PERÍODO DE FÉRIAS.

Nos últimos meses, o STML tem insistido com um conjunto de juntas de freguesia para que os respetivos Executivos assumam o pagamento dos suplementos de caráter permanente durante 12 meses, ou seja, incluindo os períodos de férias dos trabalhadores. Referimo-nos concretamente ao suplemento noturno e ao suplemento de insalubridade e penosidade. Sendo assunto de debate nas reuniões já realizadas, apresentando ou enviando depois o Sindicato os pareceres jurídicos que sustentam esta pretensão, em relação aos Executivos que revelam maior resistência em dialogar com o STML, esta reivindicação é enviada por ofício, nos casos de Santa Clara, Areeiro, Estrela e Belém. Vários Executivos avaliam neste momento estas reivindicações, esperando o Sindicato uma resposta favorável. Referia-se positivamente as Juntas onde esta realidade já foi positivamente alcançada, como em Marvila, Santa Maria Maior, Avenidas Novas e Santo António, para além da Câmara Municipal de Lisboa com o pagamento do suplemento noturno em período de férias desde 2018 (cujos retroativos foram até 2013) e o suplemento de insalubridade e penosidade desde 2022 (cujos retroativos foram a janeiro de 2021).



Que atenção tem sido dada pelo Executivo Municipal às reivindicações dos Sapadores Bombeiros?

Parecem ter ficado esquecidos das preocupações dos responsáveis municipais, os Quartéis do RSB há muito identificados como prioritários em termos de intervenções que melhorem as respetivas condições de trabalho e respeitem as normas de saúde, higiene e segurança no trabalho. A título de exemplo, mantém-se por solucionar o problema da climatização no Quartel de Alvalade, impedindo a ausência no controlo da temperatura-ambiente, o descanso dos bombeiros que seria normal e desejável. Por outro lado, parece que as verbas em tempos anunciadas (a 7 de março) ao STML pela Direção Municipal de Manutenção e Conservação (DMMC) para obras de melhoria nos quartéis do Regimento ficaram, pelo que se vai sabendo, esquecidas ou, pelo menos, encolheram drasticamente...

Ao Executivo municipal exige-se atenção aos direitos e expectativas dos Sapadores Bombeiros, respeitando e garantindo as suas condições de trabalho. Não podemos, por um lado, apelar ao envolvimento responsável e dedicado de todos na Jornada Mundial da Juventude e, por outro, ignorar os interesses de quem trabalha, não apenas num determinado momento do ano, mas todos os dias do ano, todos os anos, em prol da população e da cidade de Lisboa.

Urge a aquisição de EPI's adequados aos incêndios florestais

O STML tornou público a 3 de julho um comunicado sobre a carência de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) no combate específico aos fogos e incêndios florestais. Reproduz-se na íntegra esta posição do Sindicato, sabendo que uma vez mais revela a forma como este Executivo tem encarado a realidade dos Sapadores Bombeiros... Afirmámos assim:

Como é do conhecimento público, o principal campo de intervenção dos Sapadores Bombeiros de Lisboa situa-se maioritariamente em contexto urbano e industrial. A estas particularidades, associam-se os Equipamentos de Proteção

Individual (EPI) adequados e em função destas especificidades. Contudo, sublinha-se que a cidade de Lisboa tem também uma zona florestal – o Parque Florestal do Monsanto – com uma área aproximada de dez quilómetros quadrados, à qual crescem parques urbanos e zonas expectantes de menor dimensão tipificadas por mato e arvoredo.

Naturalmente, estas zonas apresentam risco de incêndio, obrigando a que os Sapadores Bombeiros estejam aptos a intervir em termos de EPI's, de forma a debelar e superar com eficácia e em segurança estes episódios. Porém, a realidade atual é marcada negativamente pela ausência dos equipamentos necessários, como facilmente se evidenciou, a título de exemplo, no passado dia 30 de junho no Paço do Lumiar, onde os bombeiros tiveram que intervir no combate às chamas sem terem os EPI's adequados a este tipo de cenário.

Razões mais do que suficientes para que o STML afirme que o Executivo Municipal deva com a máxima urgência dotar todos os operacionais do Regimento de Sapadores Bombeiros (RSB) com EPI's adequados na sua especificidade no combate a incêndios e fogos florestais, garantindo, por esta via, não só o bom desempenho e máxima eficácia nestes teatros de operações, como a segurança dos profissionais que executam este trabalho no terreno. Só assim será possível garantir igualmente a segurança das zonas verdes da cidade, em particular, do "pulmão de Lisboa", o Parque Florestal de Monsanto.

Revisão do Estatuto Profissional dos Bombeiros Profissionais

Considerando a ausência de respostas do Governo, através dos respetivos ministérios, aos vários pedidos de reunião que o STML e STAL têm efetuado, prevê-se para fins de julho a deslocação das Direções de ambos os sindicatos ao Ministério da Administração Interna.



Trabalhadores da Rede de Bibliotecas exigem respostas às suas reivindicações

Os problemas que afetam os trabalhadores das bibliotecas municipais são há muito conhecidos. Contudo, as respostas por parte dos responsáveis máximos da autarquia perdem-se em inaugurações, promessas que rapidamente se esvanecem ou em sessões públicas, como a que teve lugar no Cinema de São Jorge durante as comemorações dos '90 anos dos serviços culturais' do município. No concreto e na realidade do dia-a-dia dos trabalhadores, não se vislumbram melhorias palpáveis nas suas condições de trabalho ou nas respostas às suas expectativas.

Foi neste contexto que o STML promoveu durante o mês de maio um abaixo-assinado com os trabalhadores da Rede de Bibliotecas que, no essencial, relembra o Executivo presidido por Carlos Moedas dos seus principais problemas. O referido abaixo-assinado obteve a concordância (com a respetiva assinatura) de **80,7%** dos profissionais da Rede de Bibliotecas, revelando um sinal muito expressivo da vontade dos trabalhadores sobre as respostas urgentes que exigem!

Neste sentido, a 7 de junho, uma delegação de trabalhadores da Rede de Bibliotecas e de Dirigentes do STML, entregaram à CML, por intermédio do assessor do Vice-Presidente da autarquia, o referido abaixo-assinado onde se reivindica:

- O início do processo negocial entre o STML e a DMC e a DMRH para a revisão dos horários de trabalho;
- A contratação de pessoal propositando o reforço de todas as equipas que atualmente compõem as bibliotecas municipais;
- O planeamento e concretização em todas as bibliotecas das intervenções necessárias visando garantir e respeitar as condições de trabalho a nível da saúde, higiene e segurança.

Cabe agora ao Executivo municipal visitar de forma séria este conjunto de problemas, há muito do seu conhecimento por intermédio das informações e reivindicações transmitidas inúmeras vezes pelo STML, e avançar com respostas concretas que de uma vez por todas garanta os direitos e a dignidade de quem trabalha nas bibliotecas municipais, salvaguardando também por essa via, um serviço público de qualidade junto de quem vive, trabalha, estuda ou visita a cidade de Lisboa.

Futuro edifício para o Arquivo Municipal de Lisboa assumido publicamente. Faltará agora avançar com o concurso público internacional para adjudicação da obra?...

Em 2023 os Serviços Culturais da CML celebraram 90 anos de existência. Em torno destas comemorações, realizou-se no Cinema de São Jorge a 11 de maio um evento promovido pela Vereação da Cultura, envolvendo os cerca de 600 trabalhadores sob sua alçada. Nesta iniciativa, pautada por uma comunhão entre o passado e o futuro, os dirigentes da Direção Municipal da Cultura (DMC) apresentaram não só o percurso evolutivo da cultura na cidade, mas também o plano estratégico previsto para o presente mandato (2021-2025).

Neste âmbito, foi comunicado formalmente aos trabalhadores a futura localização para o Arquivo Municipal de Lisboa (AML) que, tal como já referido pelo STML depois da reunião a 14 de abril com o Vereador Diogo Moura, se prevê edificar de raiz nos terrenos junto à Rua das Murtas.

Naturalmente, a comunicação por parte do Pelouro da Cultura revelou-se de uma enorme importância para os trabalhadores que, depois de vários anos a exigir respostas às suas reivindicações, vislumbram neste momento uma solução que em teoria permitirá alcançar um edifício único, central e digno para o valoroso espólio documental, algum com um legado de mais de 800 anos de existência.

No entanto, como afirma o nosso povo, "de promessas está o inferno cheio". Não esqueçamos que nos tempos do Presidente Santana Lopes se arquitetou um megaprojeto para o Vale de Santo António, que teve inclusive grande eco na comunicação social, mas que depois nunca descolou da intenção política para uma realidade palpável. Não se estranha, portanto, algum grau de ceticismo.

Em suma, a única certeza que podemos afirmar neste momento, é que os trabalhadores e o STML não deixarão de acompanhar bem de perto a execução no concreto dos compromissos assumidos pelo atual Executivo Municipal, por intermédio do Vereador da Cultura, com trabalhadores, sindicato e a própria cidade de Lisboa.



Os trabalhadores da Higiene Urbana não

De um processo reivindicativo sectorial iniciado em março de 2022 até ao acordo alcançado com a CML a 28 de junho último: se a luta alcançou respostas, será a luta que determinará o futuro!

Em março de 2022, o STML iniciou a construção do Caderno Reivindicativo dos trabalhadores da Higiene Urbana. De um processo amplamente participado, teve o seu ponto alto nas concentrações na Praça do Município exigindo respostas aos seus problemas e reivindicações, destacando a atualização do suplemento de insalubridade e penosidade. Sobre este ponto em particular, a luta e a sua possível continuação na semana dos santos populares, foi determinante para obter da CML as respostas que se exigiam.

Contudo, o Caderno Reivindicativo, com 112 pontos, mantém-se na sua grande maioria por responder. Neste sentido, nos meses seguintes, o Sindicato foi reforçando a sua estrutura, em termos de sindicalização, mas também na eleição de novos delegados sindicais, criando assim, melhores condições para intervir e cumprir com o seu papel: **representar** os interesses dos trabalhadores, **defender** os seus direitos e **organizar** a sua luta, tratando-se de três dimensões que não se compreendem separadamente.

Das várias reuniões que se realizaram entre o STML e os responsáveis políticos e hierárquicos da CML durante o 2º semestre de 2022 e o 1º trimestre de 2023, debatendo e procurando respostas aos problemas que afetam os trabalhadores deste sector, muitos foram os assuntos que, obtendo em teoria o consenso entre as partes em negociação, eram depois contrariados na prática do dia-a-dia dos trabalhadores, entre cantoneiros e condutores. Outros problemas foram emergindo, agravando a realidade dos trabalhadores da higiene urbana e, simultaneamente, degradando a qualidade do serviço público que pode e deve ser prestado à população da nossa cidade.

Depois de duas rondas de plenários entre fevereiro e março deste ano, decidiu-se para 26 de abril novos plenários gerais na Praça do Município. Nesta data, foi aprovada uma *resolução* com as principais matérias às quais se exigiam respostas, entregue em mão ao Presidente da CML na manhã desse dia. Contudo, muitos foram os problemas desvalorizados, além de ignoradas as expectativas dos trabalhadores. Através de mais uma ronda de plenários, decidiu-se por larga maioria realizar de 29 de maio a 2 de junho uma semana de luta constituída por duas horas de

paralisação, ao abrigo da lei de plenário, em todos os horários de trabalho e em todas as instalações da higiene urbana. A participação foi esmagadora em praticamente todos os horários e em quase todas as instalações.

Durante a semana de paralisações, debateu-se com os trabalhadores a continuidade da luta caso a CML não começasse a avaliar respostas sérias e visíveis aos problemas há muito conhecidos. Foi assim colocado à votação a possibilidade de uma greve parcial para a semana de 26 a 30 de junho (greve nas duas primeiras horas da respetiva jornada de trabalho). Os trabalhadores por larga maioria votaram favoravelmente e, em alguns locais de trabalho, por unanimidade, a proposta do STML.

Entretanto, a CML começava a demonstrar sinais de inquietação. A 7 de junho, face a imperativos legais, dá entrada formal o pré-aviso de greve parcial (do STML e do STAL). A 15 de junho realiza-se a primeira das três reuniões negociais com o Vice-Presidente da autarquia e muitos dos assuntos que motivam a greve continuam a ser em alguma medida desvalorizados e sem merecer a devida atenção na ótica do Sindicato.

A 22 de junho, realiza-se a segunda reunião, desta vez apresentando a CML uma proposta de 'acordo' a ser assinada por todas as partes em negociação. Na avaliação desta proposta entre os Dirigentes e Delegados sindicais do setor, concluiu-se por maioria que, apesar de demonstrar um sentido positivo, revelava ainda ser insuficiente, mantendo-se como tal a greve parcial. Uma posição transmitida formalmente à CML, com os assuntos e propostas de melhoramento que resultaram da análise da estrutura sindical do STML da higiene urbana.

A 27 de junho, já durante o decorrer da greve parcial, tem lugar a terceira e última reunião negocial, apresentando a CML um novo acordo, importando as alterações defendidas pelo sindicato, quer em termos de assuntos concretos, mas também nos prazos e compromissos a assumir. Perante este novo contexto, voltou-se a debater na estrutura sindical a continuidade ou não da greve. Por larga maioria, decidiu-se ao final da noite do dia 27 a sua suspensão porque a luta finalmente permitia alcançar resultados de acordo com as expectativas dos trabalhadores!



deixaram por mãos alheias a luta que é sua!

Muitas das conquistas e compromissos agora alcançados, deverão merecer controlo apertado de todos – trabalhadores, dirigentes e delegados sindicais do STML. O **acordo assinado** por todas as partes em negociação salvaguarda o seguinte:

1. Sobre a abertura de todos os espaços de toma de refeições nas instalações da higiene urbana, a CML compromete-se a abrir até ao final do ano todos os espaços, começando em setembro pelas instalações de Telheiras.
2. No campo da melhoria das condições de trabalho em termos da sua manutenção e conservação, ficou discriminado um conjunto de intervenções a iniciar depois das jornadas da juventude em todas as instalações da higiene urbana. As intervenções no concreto para as instalações dos Olivais, Valsassina, Filipe da Mata, Boavista, Telheiras, COR e NOR, podem ser consultadas no **acordo** celebrado. Para inícios de 2024, definido também o plano em reabilitar estruturalmente a UHU de Telheiras.
3. Sobre a organização dos circuitos de remoção, será constituído um Grupo de Trabalho conjunto (STML/CML) que a partir de setembro iniciará a avaliação dos problemas a corrigir e métodos de trabalho que permitam agilizar a resolução dos desequilíbrios conhecidos. Também neste mês, será definido como regra interna a obrigatoriedade da rotatividade, rodando os trabalhadores para novo circuito ao fim de dois (2) meses. As escalas a realizar para o futuro já devem respeitar este princípio. Normas que deverão ser expressas em *Despacho Superior* pelo Diretor Municipal e afixado em todas as instalações.
4. Sobre a possibilidade de o trabalhador mudar de local de trabalho no seio da higiene urbana, deve ser antecedida por um aviso e avaliação prévia de quinze (15) dias. Por outro lado, todas as mães-trabalhadoras terão direito a duas (2) para aleitação e/ou amamentação, respeitando assim o atual quadro legal em termos dos direitos de parentalidade. Normas que deverão ser expressas em *Despacho Superior* pelo Diretor Municipal e afixado em todas as instalações. No campo da formação profissional, fica assente que nenhum trabalhador pode realizar determinada tarefa se **não** tiver a formação adequada nesse sentido. Normas que deverão ser expressas em *Despacho Superior* pelo Diretor Municipal e afixado em todas as instalações.
5. Tentando uniformizar o princípio de que um trabalhador acidentado só deve regressar ao serviço depois de totalmente apto, comprometeu-se a CML que apenas devem ser atribuídas funções no âmbito da higiene urbana compatíveis com as limitações identificadas na ficha de aptidão. Se tal não for possível, o trabalhador deverá permanecer em casa até estar totalmente recuperado.
6. Para os trabalhadores-cantoneiros do período diurno, serão atribuídos os mesmos direitos que os trabalhadores do período noturno pelo trabalho em dia-feriado, com efeitos práticos no próximo feriado.
7. Sobre o gozo futuro do descanso compensatório (folga), fica assente que a partir do próximo mês de outubro, os trabalhadores terão de gozar as folgas pelo trabalho aos domingos ou aos feriados de acordo com o estipulado na lei (72 horas depois), ou até ao fim do respetivo mês por necessidade de serviço ou vontade do trabalhador. Normas que deverão ser expressas em *Despacho Superior* pelo Diretor Municipal e afixado em todas as instalações.
8. Sobre o gozo das folgas acumuladas, e considerando o número muito elevado que se observa, consensualizou-se que a partir de setembro os trabalhadores deverão organizar com o serviço o seu usufruto progressivamente. Sobre as ausências ao serviço por encerramento de escolas (assistência à família), falta de transportes públicos (por greve) ou outros motivos atendíveis, será emitida uma orientação superior que evite a utilização de dias de férias ou folgas para justificar o que a lei claramente determina como **faltas justificadas ao serviço**. Normas que deverão ser expressas em *Despacho Superior* pelo Diretor Municipal e afixado em todas as instalações.
9. Consensualizado a obrigação da CML em suportar os custos com a renovação da carta de condução para todos os trabalhadores com a categoria de Condutores de Máquinas Pesadas e Veículos Especiais e Condutores de Veículos Pesados.

O referido **acordo** pode ser consultado por todos os trabalhadores junto do respetivo Dirigente ou Delegado sindical, ou recorrendo à página web do Sindicato.

Por fim, valorizar o empenho das muitas dezenas de trabalhadores da higiene urbana, entre cantoneiros e condutores, que souberam em todo o momento estar do lado certo da barricada, ou seja, nunca desarmaram na luta em defesa dos seus direitos e expectativas. Só assim foi possível alavancar a luta e com a luta obter respostas a muitas das reivindicações e expectativas que a todos dizem respeito.

Durante os próximos meses, o STML irá continuar a trabalhar no reforço da sua organização (sindicalização e eleição de novos delegados sindicais), condição indispensável para uma intervenção sindical superior, quer em termos de eficácia, mas também consequente no campo da REPRESENTAÇÃO dos interesses dos trabalhadores da higiene urbana, na DEFESA dos seus direitos e na ORGANIZAÇÃO da sua luta. Com unidade, confiança e determinação. Só assim é possível avançar!



STML realiza plenários gerais com trabalhadores de carreiras e categorias próprias

Com os Fiscais Municipais...

Realizou-se a 22 de junho um plenário geral de fiscais municipais, no qual foi debatido a injustiça levada a cabo pelo Governo, com a anuência da UGT (FESAP e STE) que, no acordo plurianual de valorização dos trabalhadores da administração pública, não previu a atribuição de uma subida na TRU aos trabalhadores em posições intermédias.

Para além de outras questões debatidas nesta reunião, foram informados os trabalhadores que a Frente comum já enviou uma queixa sobre esta situação à provedoria de Justiça e foi deliberado que o Sindicato deverá, para além da exposição que já fez à CML, enviar também uma exposição ao Governo e grupos Parlamentares e que, caso outras estruturas sindicais do MSU proponham com formas de luta contra esta injustiça os fiscais da CML estão disponíveis para nelas participar.

Entretanto o Gabinete Jurídico do STML trabalha numa exposição à CML sobre a possibilidade de reposição na TRU dos trabalhadores-fiscais municipais. Em tempo oportuno, avaliar-se-á a forma de entrega ao Presidente da CML.

Com os Encarregados Operacionais (EO) e Encarregados Gerais Operacionais (EGO)

A 23 de junho realizou-se um plenário geral de EO e EGO no qual foi debatido com os trabalhadores as injustiças cometidas pelo Governo por força do acordo plurianual de valorização dos trabalhadores da administração pública, assinado com a UGT (FESAP e STE) ao distorcer as regras que presidem à construção da TRU e por não prever a atribuição de uma subida de posição na TRU aos trabalhadores que tenham mudado de categoria, o que acontece com praticamente todos os encarregados dentro da carreira de assistente operacional.

Para além de outras questões debatidas, foram informados os trabalhadores que a Frente comum já enviou uma queixa sobre esta situação à provedoria de Justiça e foi deliberado que o Sindicato deverá, para além da exposição que já fez à CML, enviar também uma exposição ao Governo e grupos Parlamentares. Nesta fase, todas as formas de luta poderão ser equacionadas, demonstrando os trabalhadores disponibilidade para nelas participar.

Com os trabalhadores das Carreiras de Informática...

A 27 junho, o STML promoveu um plenário de trabalhadores da carreira de informática, para analisar a proposta apresentada recentemente pelo Governo de revisão da carreira de informática. Dias depois, no âmbito das três estruturas sindicais da CGTP-IN que acompanham esta realidade sectorial – STML, STAL e FNSTFPS - decidiram avançar com um abaixo-assinado e uma greve de 24 horas, para o dia 24 de julho pela defesa das carreiras de informática, em defesa da dignidade e valorização profissional destes trabalhadores e pelo reforço dos Serviços Públicos.

Ao arrepio da negociação que deve ocorrer com os sindicatos, o Governo submeteu a apreciação pública um projeto de Decreto-Lei (DL), supostamente para revisão das carreiras de Informática, mas que, na realidade, as destrói, ao mesmo tempo que elimina cargos respeitantes ao desempenho de importantes funções específicas, além de cometer outras tropelias. É uma proposta profundamente injusta e inaceitável, porque:

- Visa transformar carreiras, com várias categorias, num simulacro com uma única categoria;
- Destruí as hipóteses de promoção e a mudança de nível, por simples procedimento interno de seleção;
- Desqualifica a categoria de Técnico de Informática Adjunto, designando-a como carreira subsistente;
- Elimina os atuais cargos respeitantes ao exercício de importantes funções específicas, sem quaisquer garantias dos direitos dos seus titulares;
- Pretende que a integração na TRU se efetue em posições intermédias, sem qualquer valorização imediata;
- As posições remuneratórias e os respetivos níveis estão previstos em termos redutores, impedindo que a maioria dos trabalhadores alcancem o topo da carreira.

Exige-se negociação séria e transparente!

A proposta do governo contém características semelhantes às de outras que visaram supostas revisões de carreiras, mas que, na realidade, tiveram como único resultado a sua destruição. Exige-se uma negociação séria e transparente, que prossiga entre outros objetivos, a manutenção de carreiras pluricategoriais, com plena adoção das regras de promoção, mudança de nível e



da CML

progressão, nos termos do DL 97/2001; a garantia de integração dos trabalhadores da atual categoria de Técnico de Informática Adjunto na carreira de Técnico de Informática; a preservação da atual categoria de Consultor de Informática e dos cargos de Coordenador Técnico e de Coordenador de Projeto; a previsão dos cargos de “Responsável de Segurança” e “Responsável de Ponto de Contacto Permanente”, atenta a sua transcendente importância, nos termos previstos no DL 65/2021; a manutenção da validade dos concursos de promoção em curso; a eliminação da precariedade e do recurso ao *outsourcing*; e previsão da formação específica, inicial e continuada, como obrigação integralmente assumida pelas respetivas entidades empregadoras.

Trabalhadores da SALCOM entregam abaixo-assinado à CML

A totalidade de trabalhadores do Serviço Municipal de Proteção Civil, afetos à Sala de Comunicações – SALCOM, subscreveram um abaixo-assinado onde exigem ao Presidente da CML a abertura do processo negocial visando a revisão dos atuais horários de trabalho. Na sustentação desta vontade, o binómio conciliação da vida pessoal e familiar com a eficácia do serviço onde estão inseridos. Contudo, a proposta defendida pelos trabalhadores, enviada a 7 de novembro de 2022 pelo STML à Direção Municipal de Recursos Humanos (DMRH), não obteve até à data qualquer resposta, o que a todos os níveis revela uma postura incompreensível. Motivos mais do que suficientes para justificar a entrega do referido abaixo-assinado a 28 de junho.

Esperamos agora que o Presidente Carlos Moedas consiga ser mais ágil que os serviços pelos quais é supostamente responsável máximo.

STML reúne com a Chefe de Divisão da Casa dos Animais de Lisboa (CAL)

Por solicitação do STML, realizou-se a 6 de junho uma reunião com a Chefe de Divisão da CAL. Nesta reunião o Sindicato insistiu uma vez mais na abertura da cozinha localizada no espaço do refeitório, permitindo assim que os trabalhadores interessados possam ter as suas refeições com melhores condições e dignidade. A Chefe de Divisão da CAL referiu vários motivos para não aceder à pretensão do STML, nomeadamente a existência de um parecer negativo de 2021 do Departamento de Saúde, Higiene e Segurança (DSHS) e as obras que decorrem para um novo edifício (contíguo às instalações da CAL) que terá uma zona destinada a refeitório. Estas obras afirma, poderão estar concluídas em outubro deste ano, o que implicará o desmantelamento do atual espaço de refeitório antes desse prazo.

O STML voltou a referir a importância de avaliar a possibilidade das escalas mensais preverem a rotação dos trabalhadores por períodos de quinze em quinze em detrimento das rotações semanais que atualmente sucedem. Da parte da responsável da CAL apontaram a atual carência de assistentes operacionais, como impedimento para avançar com a rotação proposta pelo Sindicato, deixando em aberto esta opção para quando houver reforço de pessoal. Acrescentou ainda, que todos os trabalhadores são considerados para o trabalho suplementar (extraordinário) de forma equitativa, transparente e equilibrada.

Face aos problemas há muito conhecidos nos balneários, como os maus cheiros ou as janelas que carecem de substituição urgente, foi transmitido que esperam ter uma parte dos problemas resolvidos, sem, porém, apontar um prazo concreto nesse sentido.

Sobre a necessidade de fornecer máscaras com filtro e EPI's apropriados aos trabalhadores para as situações que envolvem animais perigosos, a Chefe de Divisão da CAL afirmou um conjunto de constrangimentos existentes no mercado que tem dificultado a aquisição dos materiais pretendidos. Contudo, esperam ter estes problemas ultrapassados no concurso previsto iniciar em breve da responsabilidade da Divisão de Gestão Cemiterial (DGC).



STML debate com a Direção Municipal o *Caderno Reivindicativo* dos trabalhadores dos Cemitérios e dos Espaços Verdes

A 4 de julho, realizou-se no Edifício do Entrepasto uma reunião entre o STML e a responsável máxima pela Direção Municipal de Ambiente, Estrutura Verde, Clima e Energia (DMAEVCE). Também presente a Chefe da Divisão de Gestão Cemiterial (DGC). Dando continuidade ao processo negocial iniciado em fins do ano passado, procurou-se debater os problemas que se vivem nos cemitérios, além das respostas às reivindicações dos trabalhadores expressas no *Caderno Reivindicativo* entregue ao Presidente da autarquia em junho de 2022. Dos assuntos discutidos, sintetizamos o seguinte. Assim,

CONTRATAÇÃO E REFORÇO DE PESSOAL

Face à enorme carência de trabalhadores que se observa neste setor, foi transmitido pela DMAEVCE a possibilidade em reforçar o universo de administrativos (assistentes técnicos) pelo concurso aberto há pouco tempo. Em termos de coveiros, alargou-se o número de vagas no mapa de pessoal, agora com 138 vagas, estando ocupadas 94. Para setembro esperam abrir novo concurso nesta categoria (com reserva de recrutamento) para ocupação de 30 vagas. Por outro lado, realiza-se neste momento o concurso para encarregado operacional, além de avaliarem soluções para a função de coordenador técnico.

FORMAÇÃO PROFISSIONAL

A DMAEVCE assumiu um plano de formação transversal para todos os trabalhadores, independentemente da sua carreira ou categoria profissional, destacando, por exemplo, algumas ações de formações específicas dentro das funções diárias dos trabalhadores-coveiros. No âmbito da DGC em termos latos, trabalham num 'manual de procedimentos' que ajude à concretização eficaz das múltiplas tarefas diárias implícitas a esta Divisão.

TRABALHADORES COM SERVIÇOS MODERADOS

O STML defendeu o princípio que um trabalhador acidentado só deva regressar ao local de trabalho quando estiver totalmente apto para o serviço. A DGC referiu concordar com este princípio, além de não colocar qualquer entrave a eventuais reavaliações de trabalhadores com serviços moderados. Referem ainda que, da parte da DSHS (Medicina do Trabalho), há um conhecimento

profundo da realidade laboral dos cemitérios municipais, principalmente nas funções desempenhadas e na análise dos riscos que lhes estão associados.

GOZO DE FOLGAS E FOLGAS ACUMULADAS

A DGC referiu haver um número considerável de folgas acumuladas decorrente, quer da necessidade de serviço, à qual se conjuga diretamente a carência de pessoal, mas também à vontade dos trabalhadores. O STML sublinhou a importância do descanso para os trabalhadores, sugerindo a adoção de um prazo razoável para o gozo das folgas acumuladas, além de definir para o futuro imediato condições objetivas que permitam respeitar a lei nesta matéria, ou seja, o gozo do descanso compensatório deve ser possível nas 72 horas seguintes.

REVERTER A CONCESSÃO DOS ESPAÇOS VERDES DOS CEMITÉRIOS

A DMAEVCE assume com o STML a crítica a esta política, afirmando que só no Cemitério da Ajuda existe ainda um contrato em vigor. Nos restantes cemitérios, já são os trabalhadores do município que assumem a gestão e manutenção dos espaços verdes, não deixando de notar que a carência de pessoal obriga a uma sobrecarga de trabalho para os coveiros em funções.

LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO DAS INSTALAÇÕES

Foi transmitido ao STML que estes trabalhos estão neste momento a cargo de uma empresa privada. Na ótica da DMAEVCE, os problemas foram superados em torno da limpeza e higienização das instalações.

OPERACIONALIZAÇÃO DE MEIOS MECÂNICOS

À semelhança do reivindicado, da parte da DGC afirmou-se que são dadas orientações claras para que o trabalho com meios mecânicos seja sempre realizado por dois (2) trabalhadores.

EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPI) E FARDAMENTOS

Aponta a DMAEVCE a existência de um *stock* em armazém que permite substituir qualquer item degradado ou danificado irre-



versivelmente, bastando para tal o trabalhador solicitar a peça pretendida. Referir, neste leque de disponibilidades, as luvas de cabedal. De todos os materiais inscritos no *Caderno Reivindicativo*, afirmam estarem todos disponíveis em armazém (botas, galochas, palmilhas, fatos impermeáveis, etc.). Sobre esta dimensão, sem ignorar os materiais que sempre se usaram, estão a trabalhar num Caderno de Encargos para a aquisição de novos materiais (mais leves, cómodos e eficazes), que poderá ir de encontro às novas pretensões dos trabalhadores dos cemitérios.

EM TERMOS DE FERRAMENTAS E MEIOS MECÂNICOS

Sublinha a DMAEVCE a aquisição de vários meios mecânicos e ferramentas que tem melhorado o trabalho neste sector, como roçadoras, sopradores e escavadoras. Admitem, porém, que ainda não estão no nível desejado. Em relação, por exemplo, aos elevadores de urnas, referem o problema da inclinação dos terrenos que impede uma utilização eficaz destes equipamentos. Por outro lado, já adquiriram um conjunto de pranchas, tendo inclusive encomendado mais algumas. Sobre as forquilhas e as pás de bico, já têm orçamento para a aquisição de materiais mais adequados e eficazes como os trabalhadores pretendem. Sobre a renovação da frota, observam os constrangimentos e limitações na falta de autonomia da DMAEVCE, já que têm que solicitar à DGF, sob alçada da DMHU, respostas às carências identificadas em termos de viaturas e, como é evidente, essa resposta tem sido claramente pobre e insuficiente.

CONDIÇÕES DE TRABALHO E MELHORIA DAS INSTALAÇÕES

No âmbito do **Cemitério de Benfica**, esperam antes do próximo inverno resolver os problemas conhecidos que envolve a rede de energia (EDP). Em alternativa, equacionam a utilização de um gerador que possibilite alguma normalidade em termos de energia neste local de trabalho. Na zona da cozinha, substituíram alguns equipamentos. No **Cemitério do Alto de São João**, substituíram as calhas na zona da secretaria e repararam alguns problemas de infiltrações. Substituíram praticamente todas as cadeiras desadequadas por cadeiras ergonómicas. Para os **Cemitérios do Lumiar e dos Olivais**, já tem projetos de reabilitação que esperam iniciar e concluir entre 2024 e 2025. Em relação ao **Cemitério dos Prazeres**, o projeto está mais atrasado por impasses com a Direção Municipal do Património, contudo, quando começar terá como prioridade a zona dos balneários e só depois o edifício da secretaria. No **Cemitério de Carnide**, referem avaliar formas de dar resposta aos anseios dos trabalhadores, admitindo a construção de um novo edifício que comporte balneário e refeitório.

Enquanto tal não acontece, esperam reabrir o refeitório em simultâneo com a inauguração do edifício denominado por “edifício saúde” (espaço para os rituais associados aos velórios).

Em termos de manutenção e conservação regular do edificado, afirmam não ser sustentável a dependência pela Direção Municipal de Manutenção e Conservação (DMMC), estando neste momento em negociações com o Executivo a possibilidade da DMAEVCE ter autonomia neste tipo de intervenções até ao limite de 150 mil euros.

ESPAÇOS VERDES

Sobre o *Caderno Reivindicativo* dos trabalhadores dos Espaços Verdes, também da responsabilidade da DMAEVCE, por falta de tempo apenas se afloraram alguns assuntos, tendo ficado decidido uma reunião exclusiva para esta realidade sectorial a realizar no próximo mês de setembro. Contudo, dos temas abordados, destacamos a **renovação do parque de viaturas** referindo o Diretor do Departamento de Estrutura Verde (DEV) a aquisição de mais quatro viaturas, duas ligeiras e duas pesadas, sendo para estas duas últimas necessário atribuir o CAM aos trabalhadores condutores. Naturalmente, este reforço, apesar de positivo, é claramente insuficiente. Em termos de **fardamentos e EPs**, admitem um investimento na ordem dos 250 mil euros para a aquisição de todas as peças indispensáveis em quantidade suficiente e para todas as estações do ano. A compra terá como objetivo os atuais jardineiros, mas também para os que porventura venham reforçar este setor através do concurso aberto neste sentido. O processo de aquisição está já no Gabinete do Vereador para despacho, prevendo-se que os materiais cheguem em inícios de 2024. Sobre a **Escola de Jardinagem**, afirmam pretender reabilitá-la, alicerçando parcerias de cooperação com escolas, meio académico, além de conceder formação aos trabalhadores-jardineiros das juntas de freguesia. O STML referiu ainda a questão que envolve a normalização neste sector **da atribuição e do pagamento do suplemento de insalubridade e penosidade**, afirmando a DMAEVCE que já tem um parecer jurídico que reforça esta pretensão dos trabalhadores e sindicato, prevendo apresentá-lo ao Executivo para eventual aprovação.

O STML continuará a acompanhar os problemas dos trabalhadores, seja no âmbito dos cemitérios municipais ou dos espaços verdes da cidade. Com seriedade e responsabilidade, nunca deixaremos de defender os seus direitos e condições de trabalho, além das suas expectativas, matérias incontornáveis quando se exige maior qualidade para os serviços públicos municipais.



É natural que com o aumento da idade as pessoas recorram mais aos serviços médicos. Antes da Revolução de Abril a assistência médica competia às famílias, instituições privadas e à Previdência. Com a Constituição resultante da Revolução, ficou consagrado o Serviço Nacional de Saúde (SNS), universal e gratuito. Com as sucessivas revisões constitucionais passou a ser tendencialmente gratuito. O SNS continua a ser o principal cuidador da saúde dos portugueses, praticando 80% de todos os cuidados. Os grupos privados, vendo neste setor uma grande fonte de lucro, lançaram-se ao ataque do SNS com o intuito de o fragilizarem ou até mesmo destruí-lo, tudo com a cumplicidade dos governos PS, PSD e CDS e da própria Ordem dos Médicos. A morosidade nas urgências, nos exames de diagnóstico, nas consultas, na falta de médicos de família, afetam particularmente os reformados e pensionistas. Motivos mais do que suficientes para justificar a grande jornada de luta nacional, realizada a 20 de maio, em defesa do SNS.

Também a ADSE está sob a alçada da ofensiva do capital privado, não estando desligado dela o desconto de 3,5 % em 14 meses quando o saldo acumulado da ADSE é superior a mil milhões de euros, estimando-se que os custos diretos dos beneficiários seja de oito milhões de euros. Os grupos privados (CUF, Lusíadas, Luz, entre outros) continuam a não respeitar o protocolo do regime convencionado e agir de mão livres desassociando todos os atos, desrespeitando as regras, prejudicando os beneficiários. Foi contra esta situação que no dia 20 de junho se realizou uma con-

centração de Dirigente e Delegados Sindicais, que contou também com a presença de Reformados da Função Pública, junto à sede da ADSE. Outras ações se irão seguir.

Não podemos deixar de saudar a proposta apresentada no Parlamento pelo PCP, de um projeto de lei que visava criar uma rede pública de equipamentos e serviços de apoio aos idosos, com o objetivo de ultrapassar as dificuldades sentidas pelas instituições e suprir insuficiências nas respostas sociais aos idosos, assegurando simultaneamente o reforço dos trabalhadores necessários. Infelizmente a maioria absoluta do PS impediu a sua aprovação.

Mas também os problemas sociais afetam os reformados, pensionistas e idosos como o aumento do custo de vida. A realidade mostra que esta camada social se confronta com dificuldades cada vez mais acrescidas devido ao aumento dos preços dos bens essenciais, atirando muitos para uma situação de pobreza devido às suas baixas reformas.

Sabemos que a insensibilidade social dos grandes grupos económicos faz parte de sua natureza. O Governo tenta disfarçar o baixo nível de rendimentos com práticas assistencialistas e de caridade que não resolvem o problema que é estrutural, abdicando de cumprir as suas funções sociais.

Só a luta pode obrigá-los a fazê-lo.



Reuniões da Frente Comum dos Sindicatos da Administração Pública com o Governo



Para além das 'reuniões técnicas' no âmbito do processo de revisão do Sistema Integrado de Gestão e Avaliação do Desempenho – SIADAP, em que a Frente Comum reafirma que o novo sistema deverá criar as condições necessárias para que se verifique uma aceleração significativa na carreira dos trabalhadores, o Governo solicitou a abertura de um processo de negociações sobre o Projeto de Decreto-Lei – Regime Especial de Aceleração do Desenvolvimento das Carreiras, apelidado de acelerador de carreiras.

Na proposta inicial do Governo, este acelerador colocava as condicionantes para os trabalhadores que cumulativamente estivessem desde agosto de 2005 no regime de trabalho em funções públicas (1º congelamento de carreiras) e detivessem a mesma categoria desde então para poderem, a partir de 2024, subir uma posição remuneratória na TRU assim que atinjam 6 pontos, excecionalmente e apenas uma vez. Para a Frente Comum dos Sindicatos da Administração Pública (FCSAP), esta intenção não

resolve o problema de fundo, ou seja, as injustiças que resultam da aplicação do SIADAP, defendendo-se a sua revogação, com a substituição por um Sistema de Avaliação justo, equitativo, formativo, transparente e sem quotas.

Nas rondas negociais seguintes, o Governo apenas acedeu a rever a aplicabilidade deste acelerador aos trabalhadores com contrato individual de trabalho na área da saúde e aos trabalhadores que, estando na administração pública há 18 anos, possam eventualmente ter mudado de carreira.

Mesmo alertado pelo STML, enquanto sindicato membro da FCSAP, lamenta-se que o Governo uma vez mais tenha excluído um conjunto considerável de trabalhadores do Estado e das autarquias, nomeadamente os que em agosto de 2005 detinham um vínculo laboral precário, como por exemplo os trabalhadores da CML que foram integrados pelo Tribunal Arbitral no processo de regularização que teve lugar entre 2007-2008.



A luta por uma ADSE Pública, Solidária e com mais Direitos!

A 20 de junho, ativistas, dirigentes e delegados sindicais dos sindicatos da Frente Comum, entre eles, muitos do STML, concentraram-se em frente à sede da ADSE (Praça de Alvalade) para exigir a reposição da quotização mensal em 1,5% sobre 12 meses. Não é sustentável que os trabalhadores continuem a descontar 3,5% todos os meses, durante 14 meses.

A ADSE fez mais de 1000 milhões de lucros que resultam de 3,5% pagos em 14 meses, pagos pelos beneficiários quase na totalidade. Foram o PSD e o CDS-PP que durante o tempo da Troika impuseram esta percentagem e que agora o PS, com maioria absoluta, não quer inverter porque continua comprometido com as mesmas políticas.

Acresce que os beneficiários passaram, desde março deste ano, a “arcar” com um encargo de 8 milhões de euros, que podia e devia ser acomodado totalmente nas receitas que a ADSE tem acumulado. As novas tabelas do regime convencionado aumentaram o valor que a ADSE paga aos prestadores privados por consultas, meios complementares de diagnóstico e diversos atos clínicos na ordem dos 22 milhões de euros, além dos referidos oito milhões que os beneficiários passaram a pagar diretamente, o que é inaceitável face aos baixos salários e pensões dos trabalhadores e aposentados.

Para além da reposição de 1,5% sobre 12 meses, defende-se e exige-se uma ADSE...

- com mais médicos e atos convencionados;
- onde a sustentabilidade não possa ser “a palavra-chave” que o governo usa sempre que está em causa o aumento de direitos, mas que esquece, quando prepara a isenção das autarquias nas despesas de saúde dos seus trabalhadores;
- na qual os beneficiários da ADSE que tenham descontado para a Segurança Social em substituição da CGA mantenham o direito à ADSE após a reforma;
- com uma gestão séria, ao serviço dos trabalhadores e aposentados da administração Pública nomeadamente através do combate persistente à faturação fraudulenta e à permanente chantagem dos grandes grupos privados da saúde (Luz, CUF, Lusíadas);
- com um controle eficaz das convenções contratualizadas com os diversos prestadores de serviços de saúde por forma a garantir a qualidade dos serviços que prestam aos beneficiários, com combate eficaz à chantagem pública sobre os beneficiários e à cartelização de preços por parte dos grandes grupos privados da saúde;
- pública e para os trabalhadores da administração pública e que se insere nos direitos dos trabalhadores das administrações públicas centrais, regionais e locais;
- que não tenha como objetivo a acumulação de saldos;
- que continue assente na solidariedade interprofissional e intergeracional.



“Dia Nacional de luta” convocado pela CGTP-IN trouxe à rua milhares de trabalhadores em várias cidades do país!

Motivos não faltaram aos milhares de trabalhadores que, por inúmeras cidades deste país, responderam positivamente à convocação da CGTP-IN, para saírem à rua e se manifestarem contra as políticas de empobrecimento que têm sido promovidas por uma maioria absoluta, que pouco ou nada tem olhado para as situações indignas em que laboram milhares de trabalhadores e trabalhadoras portuguesas.

Assim, conscientes desta situação e sobre o lema “Aumentar Salários – Garantir Direitos! Contra o Aumento do custo de vida e pelo Direito à Saúde e à Habitação” foi promovido pela CGTP-IN o dia 28 de junho como “Dia Nacional de Luta”, efetivando centenas de iniciativas descentralizadas de norte a sul do país, envolvendo os trabalhadores de todos os sectores de atividade, através de plenários, concentrações, manifestações, vigílias, tribunas públicas e greves.

Nestas iniciativas, milhares de vozes exigiram a resolução dos seus problemas que afetam quem trabalha e a suas famílias, numa realidade sustentada numa tese real cada vez mais vasta que afirma o empobrecimento acelerado de quem trabalha.

Nas reivindicações deste “Dia Nacional de Luta”, o aumento geral dos salários e pensões, com aumento de 10%, com mínimo de 100€ para todos os trabalhadores, a fixação no imediato do Salário Mínimo Nacional nos 850€, o combate à precariedade, a defesa pela regularização dos horários de trabalho, a valorização das carreiras profissionais, a revogação das normas gravosas da legislação laboral e o reforço dos serviços públicos e funções sociais do estado.

Os trabalhadores do município de Lisboa também marcaram presença nesta importante jornada de luta nacional. Valoriza-se neste sentido os trabalhadores da Gebalis e da Egeac, das freguesias da cidade ou da câmara municipal, que souberam trazer para a rua, com as suas respetivas faixas, as suas reivindicações

mais prementes: aumento dos salários, respeito e reposição dos seus direitos!

Em suma, o dia 28 de junho revelou que a luta geral dos trabalhadores portugueses, incluindo logicamente os trabalhadores da cidade de Lisboa, teve mais uma grande etapa num processo que inevitavelmente terá continuidade. Ao Governo, exigem-se respostas e soluções, isto é, opções políticas que defendam e salvaguardem os direitos e os interesses de quem trabalha.

Daí afirmarmos que, para além da reivindicação central para a vida de todos que passa pelo aumento geral dos salários, a luta também irá continuar:

- **Pela identificação e regulamentação das profissões de desgaste rápido;**
- **Pela revogação do SIADAP;**
- **Pelo aumento do subsídio de almoço para o máximo tributável, ou seja, 9,60€;**
- **Pela reposição do valor do trabalho suplementar (extraordinário);**
- **Pela diminuição da quotização para a ADSE, assumindo os 1,5% sobre 12 meses;**
- **Contra a desregulação dos horários, adaptabilidades, bancos de horas e todas as tentativas de generalizar a laboração contínua e o trabalho por turnos;**
- **Contra a precariedade, garantindo que a um posto de trabalho permanente corresponda um contrato de trabalho efetivo;**
- **Pelo reforço do investimento nos serviços públicos, nas funções sociais do Estado e na valorização dos trabalhadores da administração pública, para assegurar melhores serviços às populações.**

A Emiliano Zapata

De Pablo Neruda

Quando cresceram as dores
na terra, e os espinheiros desolados
foram a herança dos camponeses,
e, como outrora, rapaces
barbas cerimoniais, e os açoites,
então, flor e fogo galopado...

*Borrachita me voy
hacia la capital*

empinou-se na alba transitória
a terra sacudida de facas,
o peão de suas amargas tocas
caiu qual uma espiga debulhada
sobre a solidão vertiginosa.

*a pedirle al patrón
que me mandó llamar*

Zapata então foi terra e aurora.
Em todo horizonte aparecia
a multidão de sua semente armada.
Num ataque de águas e fronteiras
o férreo manancial de Coahuila,
as estelares pedras de Sonora:
tudo veio ao seu passo adiantado,
à sua agrária tormenta de ferraduras.

*que si va del rancho
muy pronto volverá*

*Reparte o pão, a terra:
te acompaño.*

Renuncio a minhas pálpebras celestes.
Eu, Zapata, me vou com o rocío
das cavalarias matutinas,
num disparo desde as figueiras-do-inferno
até as casas de paredes róseas.

*... cintitas pa tu pelo
no llores por tu Pancho...*

A lua dorme sobre as montarias.
A morte amontoada e repartida
jaz com os soldados de Zapata.
O sonho esconde sob os baluartes
da pesada noite o seu destino,
o seu incubador lençol sombrio.
A fogueira agrupa o sopro desvelado:
graxa, suor e pólvora noturna.

*... Borrachita rne voy
para olvidarte ...*



Pedimos pátria para o humilhado.
Tua faca divide o patrimônio
e tiros e corcéis amedrontam
os castigos, a barba do verdugo.
A terra se reparte como um rifle.
Não esperes, camponês, empoeirado,
depois de teu suor a luz completa
e o céu parcelado em teus joelhos.
Levanta-te e galopa com Zapata.

*... Yo la quise traer
dijo yue no...*

México, hostil agricultura, amada
terra entre os obscuros repartida:
das espadas do milho saíram
ao sol os teus centuriões suarentos.
Da neve do sul venho contar-te.

Deixa-me galopar em teu destino
e encher-me de pólvoras e arados.

*... Que si habrá de llorar
pa qué volver...*

*in Canto General,
Círculo do Livro S.A, Brasil*



Pablo Neruda (1904-1973) foi um poeta chileno, considerado um dos mais importantes escritores em língua castelhana.

Recebeu o Premio Nobel de Literatura em 1971.

Filho de um ferroviário e de uma professora, ficou órfão de mãe logo ao nascer.

Em 1921, Neruda muda-se para Santiago, onde ingressa no Instituto Pedagógico da Universidade do Chile. Nesse mesmo ano, ganha o prêmio da Festa da Primavera com o poema "A Canção da Festa". Em 1923, reúne os seus poemas em "Crepusculario". Em 1924 publica "Vinte Poemas de Amor e Uma Canção Desesperada", a obra, repleta de lirismo, faz de Neruda um dos mais famosos poetas chilenos. Depois de breve estadia em Buenos Aires, onde conhece o poeta Federico Garcia Lorca, serviu como cônsul em Barcelona e depois em Madrid. A Guerra Civil Espanhola inspirou a obra "España em el Corazón" (1937). Em 1938, Neruda regressa ao Chile. Depois de breve período como embaixador no México, em 1945, foi eleito senador pelo Partido

Comunista. Em 1948, o governo chileno decreta a ilegalidade do partido. Neruda critica o tratamento dado aos trabalhadores das minas, na presidência do González Videla, é perseguido e tem que se exilar na Europa. Nessa época, escreve outra das suas grandes obras, "Canto General" (1950).

Em 1952, quando o governo chileno restabeleceu as liberdades políticas, Neruda regressa ao país e fixa residência em Isla Negra, no Pacífico. Publica as "Odas Elementales" (1954), onde canta a vida quotidiana, com "Cien Sonetos de Amor" (1959) e "Memorial de Isla Negra" (1964) onde evoca o amor e a nostalgia do passado.

Em 1971, é nomeado embaixador do Chile em Paris. Em 1972, regressa a Santiago. Em 1973, um golpe militar derruba o presidente Salvador Allende e instala-se uma ditadura militar no Chile. Passado 12 dias do golpe, Pablo Neruda falece, mantendo-se ainda hoje a suspeita de ter sido assassinado pelos verdugos da ditadura.